

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 1/2025

RESUMO DAS QUESTÕES OBJETIVAS ANULADAS APÓS ANÁLISE RECURSAL



CURSO	DISCIPLINA	CÓDIGO DA QUESTÃO	ENUNCIADO
DIREITO GRADUAÇÃO	DIREITO ADMINISTRATIVO	DIRG125AD01	(DIRG125AD01) Os princípios de Direito Administrativo apresentam função hermenêutica e função integrativa, ou seja, tanto pode ser utilizado para interpretar o conteúdo das normas, quanto para suprir lacunas existentes. Assim, assinale a alternativa que está em desconformidade com os princípios do Direito Administrativo: a) A desapropriação e as cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos encontram respaldo no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. b) O registro de reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral são expressão do princípio da participação dos usuários na Administração Pública, previsto no art. 37, § 3º, da Constituição Federal. c) O nepotismo viola, dentre outros, o princípio da moralidade administrativa. d) O desperdício de material de expediente não viola o princípio da eficiência, pois não há como compatibilizar a economicidade com a prestação de serviço com qualidade, rapidez e produtividade. e) A publicidade dos atos administrativos, enquanto princípio, admite exceções previstas em lei, como nos casos de sigilo para garantia da segurança nacional ou preservação da intimidade.
	DIREITO CIVIL	DIRGD125CV02	(DIRGD125CV02) Marcos emprestou seu livro para seu amigo Pedro, com a condição de que ele o devolvesse em uma semana. Marcos, porém, perdeu o livro ao esquecê-lo dentro do avião em que viajava. Nessa situação: a) Pedro não tem nenhuma obrigação, já que a perda foi acidental. b) Pedro deve pagar a José o valor equivalente ao livro perdido, convertendo-se a obrigação original em perdas e danos. c) A amizade prévia mantida entre Marcos e Pedro é hipótese de perdão e resolução do contrato de empréstimo de coisa fungível. d) Marcos deve processar Pedro por furto. e) Como o livro foi deixado dentro de um avião, caberá a Marcos demandar junto à companhia aérea, em face de sua responsabilidade pelo contrato de transporte.
	DIREITO PENAL	DIRG224DP08	(DIRG224DP08) Não se considera excludente de culpabilidade: legítima defesa, inimputabilidade, obediência hierárquica, menoridade, embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	DIRG224PC10	(DIRG224PC10) Segundo o Supremo Tribunal Federal: O mandado de segurança em casos excepcionais pode substituir a ação popular; Cabe mandado de segurança contra lei em tese, desde que os destinatários desta lei possam ser categorizados em grupos específicos; Em certos casos, o mandado de segurança é o meio adequado para combater decisões judiciais com trânsito em julgado; Não é possível impetrar mandado de segurança por meio